

# **Título: Participação Juvenil: Afirmção da identidade e construção de movimentos.**

Parte da pesquisa ainda em fase de conclusão: Juventude e Participação Política em Pernambuco.

GT 22: Sociologia de la infancia y juventud

Paulo Afonso Barbosa de Brito

Professor Adjunto de sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). [pauloafonsobr@hotmail.com](mailto:pauloafonsobr@hotmail.com)

## **RESUMO:**

Neste artigo analisamos a participação juvenil em movimentos sociais, destacando os vínculos identitários, bem como as condições que tornaram possíveis sua expressão através de processos reivindicativos e de transformação social. A referência empírica é parte de uma pesquisa maior (Juventude e Participação Política em Pernambuco), especificamente a primeira fase, na metade do século XX, período de profundas mobilizações articuladas em torno das “reformas de base”, onde jovens, tiveram destacada atuação. Nossa abordagem teórica parte da controvérsia analítica entre dois dos mais importantes sociólogos do século, Karl Mannheim e Pierre Bourdieu. Concluimos que, os jovens mobilizados no período eram mais fortemente marcados por outras dimensões da vida - estudantes, trabalhadores, camponeses, intelectuais, artistas – do que pela condição especificamente juvenil.

**Palavras chaves:** Juventude, Identidade, Participação.

## **1. APRESENTAÇÃO:**

Neste artigo analisamos a participação juvenil em movimentos sociais destacando o papel da categoria “juventude” como instrumento analítico, capaz de explicar os vínculos sociais construídos por agrupamentos humanos de determinada faixa etária, as condições que tornaram possíveis sua expressão pública através de processos reivindicativos, a capacidade transformadora de tais ações. A referência empírica para tal abordagem é parte de uma pesquisa mais longa sobre “Juventude e Participação Política em Pernambuco”. Para a presente análise utilizaremos as informações levantadas na primeira fase da pesquisa, ou seja, o período entre 1958 e 1964, trata-se de um período marcado por profundas mobilizações sociais articuladas em torno das “reformas de base”, em que, jovens, tiveram destacada atuação.

O artigo parte das mobilizações ocorridas no Estado de Pernambuco, no período acima citado, que foram assumidas e conduzidas por pessoas consideradas na faixa etária juvenil (dimensão biológica da juventude, na política nacional de juventude considerada com idade entre 15 e 29 anos), cujo público participante era principalmente formado por outras centenas e até milhares de pessoas desta mesma faixa etária. Busca analisar estas mobilizações no contexto em que as mesmas se realizaram e no diálogo com importantes correntes sociológicas, destacando o papel da condição juvenil e dos processos de construção de identidades que, naquele momento enfatizava outras dimensões que não especificamente a juvenil, bem como a perspectiva futura de novas identidades, em que o “ser jovem” adquiriu novo status.

Nossa abordagem metodológica se referencia nos métodos qualitativos de análise social, tendo sido levantado num primeiro momento, as matérias registradas em jornais de circulação da grande

imprensa escrita local, onde se destacavam as reportagens que abordavam iniciativas de participação juvenil. A partir deste primeiro levantamento, foi realizado um mapeamento das mobilizações realizadas, os sujeitos envolvidos, as reivindicações apresentadas, os métodos de ação, as alianças e parcerias bem como os enfrentamentos e adversários, e os resultados de tais ações. À este mapeamento foram incorporadas informações registradas pelas próprias organizações juvenis ou que trabalhavam com jovens na época. Em seguida, foram localizados alguns dos sujeitos que estiveram na condução de tais ações, para a realização de uma entrevista aberta no intuito de aprofundamento de aspectos das mobilizações registradas.

Para a reflexão teórica utilizamos como referência a controvérsia analítica entre dois dos mais importantes sociólogos do século, Karl Mannheim e Pierre Bourdieu. Numa perspectiva de análise geracional, Karl Mannheim inicia suas elaborações através do conceito de gerações, que foi importante ancoradouro de suas abordagens. Mas já alertando que, a posição comum de pessoas com mesma idade biológica não é um atributo definido à priori assumam posicionamentos semelhantes sobre os diversos aspectos da vida. (MANNHEIM, 1978). Esta perspectiva motivou a consolidação de uma “sociologia da juventude” com algumas publicações entre as décadas de 1960 e 1970 no Brasil.

Numa abordagem substantivamente distinta Pierre Bourdieu (1983) cunhou uma afirmação que, forçosamente inspirou diversas controvérsias, ou motivou diversos pesquisadores a assumirem posições. Convencido de que há forte risco de instrumentalização ou manipulação do conceito de juventude, em uma histórica entrevista que se transformou em referência epistemológica, devido à linguagem enfática, contundente e provocativa afirmação de que “A juventude é apenas uma palavra” (BOURDIEU, 1983). Uma vez que, o jovem se define em relação e na distinção ao adulto, e portanto, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Portanto, a divisão analítica a partir das idades biológicas ou das gerações seriam arbitrarias, suscetíveis a manipulações.

Concluindo destaca-se que, as informações levantadas neste período da história revela-nos que, as identidades assumidas por pessoas da faixa etária entre 16 e 29 anos eram mais fortemente marcadas por outras dimensões da vida, do que pela condição juvenil, sendo assim se expressavam como estudantes, trabalhadores, camponeses, intelectuais, artistas. Não estamos afirmando que a condição juvenil estava ausente, mas que outras identidades assumiam primazia sobre esta.

Esta constatação não enfraquece ou diminui a importância da categoria juventude na análise sociológica, pelo contrário, revela que é uma categoria construída historicamente, como parte dos processos de lutas e participação destes agrupamentos humanos, que ganha legitimidade acadêmica explicativa da realidade social, afirmando-se ao mesmo tempo, como categoria analítica de processos sociais, e como expressão de processos de mobilização social.

## **2. O CONTEXTO DE FORTE PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM PERNAMBUCO:**

Após a queda da ditadura do Estado Novo (1946) o Brasil sente, finalmente, os primeiros ventos da democracia, após mais de meio século de proclamação da república, o povo, não conhecia ainda o que era a “voz pública”. As cidades fervem em explosões de participação, os camponeses se articulam e promovem o seu primeiro congresso nacional, os estudantes se descobrem como parte do povo brasileiro... As “reformas de base” transformam-se na expressão articuladora das diversas reivindicações, sonhos e desejos por um país melhor, mais justo, livre e mais igualitário.

Pernambuco, e o Recife em particular pareciam um “laboratório” a céu aberto expressando os anseios mais rebeldes e mais generosos daquele período. Ronildo Maia Leite, em seus estudos sobre o

período caracteriza que “é de protesto a alma recifense” (Leite apud Coelho: 2004, p. 45). Estas mobilizações contribuíam com consequências eleitorais. No Recife, mesmo após a abertura política de 1946 continuou sem realização de eleições, até 1955 continuou sendo governado por interventores nomeados. Mas quando a população podia se expressar, lá estava sua atitude de protesto, um indicador significativo foi na eleição para a Câmara de vereadores em Recife em 1947, numa câmara de vinte e cinco vereadores, foram eleitos onze vereadores comunistas (já na clandestinidade, mas expressão pública daquelas mobilizações), além de vários vereadores socialistas e de outros partidos progressistas (Coelho: 2004, p. 46).

Desde que pôde votar para prefeito o povo recifense elegeu sucessivamente governantes vinculados às forças populares: Pelópidas da Silveira, em 1955, Miguel Arraes, em 1959 e, novamente Pelópidas da Silveira em 1963. As inovações e as conquistas verificadas no Recife ganharam projeções estaduais, o que se verificou nas eleições de 1962, impondo profundas mudanças na situação política de Pernambuco:

“O confronto eleitoral deixou de ficar confinado às duas legendas conservadoras, tradicionalmente majoritárias no Estado: o PSD e a UDN. Com o peso do Recife aumentando a cada pleito, em decorrência da urbanização acelerada e da progressiva unificação política da Região Metropolitana. Na mesma proporção que diminuía a influência dos ‘currais’ e grotões do interior – esvaziados pelo êxodo rural e pela gradativa diminuição do ‘eleitorado fantasma’”. (Idem, p. 50).

A campanha eleitoral estadual de 1962 foi marcada por extrema radicalização política e ideológica, com forte intervenção do poderio econômico e, inclusive de empresas multinacionais, de bancos estrangeiros e da própria embaixada norte-americana, em favor do candidato das forças conservadoras, o que provocou a realização de uma CPI no Congresso Nacional. Mesmo assim, Miguel Arraes, expressando a o desejo das forças populares, impôs uma acachapante derrota ao candidato situacionista.

### **3. AS DIVERSAS EXPRESSÕES DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL:**

#### **3.1. Participação no Movimento Estudantil: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Juventude Universitária Católica (JUC):**

Algumas manchetes de diversas edições do “Jornal do Comércio” nos primeiros anos da década de 1960 dão uma indicação do clima vivido pelo Movimento Estudantil em Pernambuco no período:

Em 4/06/1961: “Prevista greve geral dos universitários: Apoio a Colegas de Direito e de Agronomia”.

Em 10/03/1962: “Crise da Rural ameaça atingir outras Escolas: Reitor pede garantias”.

Em 14/03/1962: “Habeas-corpus para Êunio: Reitor explica prisão administrativa”.

Em 15/03/1962: “Atentado Contra Estudante: Inquérito vai começar hoje”.

Em 19/03/1963: “Presidente da UEP estranha declaração do embaixador Gordon.”

Em 01/09/1963: “UEP pede a Goulart que salve politécnica no ano da educação”.

04/03/1964: DCE da UR e da URP - Apoio ao direito de greve dos trabalhadores

14/03/1964: “Greve Marcha Agora para seu final”.

Este é um dos períodos mais ricos da história do movimento estudantil no Brasil, e os estudantes de Pernambuco assumiram importante protagonismo no mesmo. Segundo Araújo (2007), trata-se de um período em que se avança a organização e a luta no interior das universidades, contra os aumentos das mensalidades nas escolas privadas, contra cobranças de taxas nas escolas públicas, pela democratização das instâncias de decisão. Mas é também um período de intensa relação com a sociedade, tanto através da realização de mobilizações públicas em ruas e praças, envolvendo outros setores sociais, quanto no apoio às lutas dos trabalhadores e de outros movimentos sociais, e mesmo através da prestação de serviços diretos, como as atividades culturais, as iniciativas educacionais e de outras áreas, como os serviços de saúde, jurídicos, psicológicos. Além das realizações nas universidades e na sociedade, o movimento passou a formular posições em torno das questões nacionais e da posição do Brasil no mundo.

Criada na década de 1930, a União Nacional dos Estudantes (UNE) viveu diferentes momentos de sua história, ora atuando junto aos setores progressistas e democráticos da sociedade brasileira, ora sendo controlada por setores direitistas e avessos às mudanças (POERNER, 1979). Na década de 1950 realiza-se uma intensa mobilização social em que os estudantes assumiram forte protagonismo. Tratava-se da Campanha “O petróleo é nosso”, que resultou na nacionalização dos recursos naturais do país e na criação da Petrobrás, como uma empresa pública responsável pela pesquisa, extração e refino do petróleo.

Pode-se afirmar que este é um período de forte efervescência dos estudantes brasileiros. Trata-se de um período que coincide com a ascensão de militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) que depois se tornou Ação Popular (AP), como corrente hegemônica no movimento estudantil universitário.

A contribuição específica da JUC de Pernambuco foi justamente o compromisso social, com as iniciativas de atuação junto aos setores populares:

"O ponto crucial foi provavelmente o fato de que a JUC de Pernambuco ter adotado uma orientação mais 'prática' e socialmente engajada. Frente ao exemplo dos jucistas de Recife, que nos anos de 1957 e 1958 haviam se concentrado em temas como universidade e sociedade, fatores sociais da saúde e da doença, e o problema da fome, e já em 1958 começavam a agir nas favelas..." (Kadt: 2003, 99).

Foi, portanto, na relação com a sociedade, com os trabalhadores e com os movimentos sociais que se verificou com maior evidência a contribuição dos estudantes de Pernambuco ao movimento estudantil nacional: na virada de 1961 para 1962, a UNE iniciou um de seus projetos mais ousados: A UNE Volante com os Centros Populares de Cultura (CPC), e a realização de caravanas por todo o país, promovendo intensas atividades de mobilização social e cultural. Esta iniciativa em grande medida foi inspirada no Movimento de Cultura Popular (MPC), atuante em Recife desde 1959 e em outros movimentos de educação popular desenvolvidos no Nordeste.

Entre as principais ações realizadas no interior das universidades destaca-se a Campanha pela Reforma Universitária, com a explosão das mobilizações no interior das universidades, ruas e praças. Neste campo de lutas realizou-se a histórica “greve do um terço” decretada em 01 de junho de 1962,

que paralisou universidades em todo o país. A reivindicação por um terço era na realidade a luta pela paridade de representação dos diversos segmentos universitários em seus organismos dirigentes, no caso, a representação discente nos Conselhos Universitários, Congregações, Conselhos Departamentais, já previstos na LDB artigo 78, mas de difícil implementação nas Universidades (ARAÚJO, 2007).

A UNE Volante formulou o conceito de “Cultura popular revolucionária”, que foi um marco de referência para produção de peças de teatro, com obras de Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, Dias Gomes; publicação de livros; produção de filmes ou vídeos. Entre estes projetos se destacaram os “Cadernos do Povo Brasileiro”; o disco “O Povo canta”; o Violão de Rua.

### **3.2. A Participação de jovens em Movimentos Sociais de Massa:**

A década de 1950 é marcada pelo advento e consolidação de importantes movimentos sociais de massas que modificaram profundamente as paisagens urbanas e rurais brasileiras. Praças e campos, fábricas e engenhos, escolas e ruas eram espaços de permanentes mobilizações sociais. Em Pernambuco esta situação era favorecida pela trajetória de históricas rebeliões populares, e naquele momento, pela presença de forças políticas com forte presença no aparelho de Estado, comprometidas com as demandas e anseios populares.

Entre os principais movimentos sociais destacavam-se os de camponeses. Entre estes, em 1955 foi criada a primeira Liga Camponesa que surgiu no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, (Lemos, 2003). De 1958 e 1964 as Ligas Camponesas experimentaram uma capacidade espetacular de mobilização e organização. A luta pela reforma agrária foi eixo estruturador de sua ação, articulada à luta contra a dependência do Barracão, pela fiscalização das medidas de trabalho (correspondente à metragem trabalhada), o direito de posse e das benfeitorias nas propriedades, as indenizações, eram todas bandeiras que estavam subordinadas à luta geral pela reforma agrária. (Idem).

Paralelamente ao trabalho das Ligas Camponesas, foram se constituindo outras formas de organização dos trabalhadores rurais, como o sindicalismo rural. A partir de 1962, as Ligas dividiram a condução das lutas dos camponeses, com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), com forte influência da igreja Católica, da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista (PCB).

Não existem estudos sobre a presença específica dos jovens nas Ligas Camponesas, e no sindicalismo rural, esta não era uma questão relevante para tais movimentos, uma vez que todo o esforço estava concentrado na luta contra a estrutura fundiária e as questões daí decorrentes, como o pagamento do foro, o cambão, o controle do barracão do engenho, os despejos dos camponeses das terras onde trabalhavam. Contudo, há registros da forte presença de pessoas da faixa etária que, hoje consideramos como jovens, tanto na composição quanto na condução das mobilizações das Ligas, e mesmo na problemática enfrentada. O depoimento de Elizabeth Teixeira (2010), uma das principais lideranças das Ligas Camponesas, é emblemático neste sentido:

“Não tive chance de estudar porque naquela época o acesso aos colégios era muito difícil. Fiz o primeiro e o segundo ano e depois saí da escola, com 9 anos, porque meu pai, dada a distância, não deu mais consentimento para eu ir a escola. [...] Meu pai era bom, o único problema foi o meu casamento, porque casei a contragosto dele. Tive que fugir e casar com 16 anos, porque quando João Pedro me pediu em casamento, papai não aceitou. Em primeiro lugar, dizia que ele era

negro, e negro do portão dele prá lá, que não aceitava negro sentado na sua cadeira. E além disso, casar com pobre, operário? A filha dele jamais. (Teixeira, Apud Zaidan e Machado: 2010. p. 97 e 98).

Vários indicadores colaboram com a constatação da forte presença de pessoas na faixa etária considerada como jovem, tanto nas bases quanto na liderança dos movimentos sociais de então. A própria Elizabeth, mesmo que só tenha assumido a condição de liderança das Ligas após o assassinato de seu marido, desde muito jovem acompanhava todo o processo das lutas e organizações. Seu marido (João Pedro Teixeira) entrou nas lutas sociais ainda muito jovem no Estado de Pernambuco, mas consolidou sua liderança no Estado da Paraíba.

Outras lideranças juvenis assumiram papéis de destaque na condução das lutas sociais de então, como Amaro Luís de Carvalho, conhecido como Capivara. Nascido em Joaquim Nabuco, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, em uma região tomada por canaviais e usinas. Impressionava a sua capacidade de oratória e de elaboração teórica, mesmo com poucos estudos escolares, elaborava requintadas análises das contradições da zona da mata canavieira do Nordeste, e das estratégias de intervenção dos trabalhadores para conquistar a reforma agrária. (Miranda e Tibúrcio: 1999, p.213 e 214).

Manoel Aleixo da Silva, conhecido com Ventania. Iniciou sua participação na Liga Camponesa de São Lourenço da Mata, município onde nasceu, com 24 anos de idade, era organizador de “cocos de rodas” e de canções de embolada, o que facilitava seu diálogo com grandes agrupamentos humanos. Demonstrando enorme habilidade para articular pessoas, envolver gente nas mobilizações de massa. Após o sucesso da organização da Liga em seu município, Ventania passou a se dedicar em organizar Delegacias das Ligas em diversos outros municípios da Zona da Mata de Pernambuco. Depois, com a desarticulação das Ligas passou a dirigir o poderoso Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Barreiros, que exercia influência em Água Preta e Joaquim Nabuco, e em toda a Zona da Mata Sul. (Idem, p.216).

Mariano Joaquim da Silva, conhecido como Aleluia, filho de camponeses na Zona da Mata Norte de Pernambuco, começou a trabalhar aos 12 anos como assalariado agrícola (Idem, p. 445). Iniciou as atividades nas Ligas Camponesas e depois assumiu a direção do STR de Timbaúba, no cargo de secretário do sindicato, depois assumiu o Secretariado Nacional das Ligas Camponesas.

Trata-se de diversas referências que indicam a presença de jovens na organização e condução das principais lutas sociais do período, mas que esta presença não constituiu uma referência a sua faixa etária, ou à sua geração, não se apresentando enquanto jovem nestes espaços.

### **3.3. A Participação institucional nas políticas públicas:**

O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi uma das mais brilhantes iniciativas que mobilizou corações e mentes, corpos e inteligências, de significativos agrupamentos humanos entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960. Sua força se encontrava no enfrentamento de problemáticas centrais da população de então: a exclusão educacional e cultural do povo; na existência de agrupamentos humanos com vontade, dedicação, compromisso, sensibilidade e capacidades para o enfrentamento desta problemática; na aliança com forças políticas presentes no aparelho estatal dedicadas a enfrentar as grandes mazelas sociais e políticas da época. É desta confluência de fatores que se realizou uma das políticas públicas mais criativas e transformadoras da história do país.

Os jovens tiveram uma importância fundamental para a viabilização desta política, desde a sua concepção, passando pela realização de mobilizações e pressão social para transformar uma reivindicação em política pública, até a sua operacionalização, em um processo permanente e crescente.

Nos últimos anos da década de 1950 alguns agrupamentos estudantis, principalmente de jovens católicos (vindos da JEC e da JUC) se dedicaram a realizar trabalhos de educação popular em favelas e bairros populares do Recife, o que veio a se constituir como “trabalhos de conscientização popular”. O exemplo de Casa Amarela, com seus becos, vielas e morros é emblemático neste sentido. Este bairro que havia se formado e crescido rapidamente entre as décadas de 1940 e 1950, período de um grande êxodo rural do interior do Estado para a Região Metropolitana do Recife, sofre os mais graves problemas urbanos de então, acrescido do pagamento de “foro” a pretensos proprietários das terras locais (Cesar, 1985).

Além destes estudantes, outros jovens artistas e intelectuais desenvolviam outras iniciativas culturais, assumindo conscientemente seu forte compromisso com transformações estruturais na realidade. Como as iniciativas em torno de Abelardo da Hora que, desde o início da década de 1950 vinha com a intenção de formar um grande movimento cultural (Da Hora, apud Memorial do MPC: 1986).

Já tendo iniciado seus trabalhos, finalmente, no início de 1960 se formaliza o MPC como uma política pública realizada por uma organização da sociedade civil, durante o governo de Miguel Arraes no município do Recife. Um processo resultado da confluência de “...povo organizado e de uma intelectualidade democrática, progressista e popular [...] e uma juventude estudantil atuante”. (Abelardo da Hora. Apud Barreto et alli: Memorial do MPC, 1986, p. 13).

O trabalho educativo na base era realizado fundamentalmente por estudantes universitários, treinados pela coordenação do Movimento para exercer as tarefas de monitores junto aos grupos de alunos, que se multiplicavam rapidamente, conforme citação de Coelho (2004): Após três anos de trabalho, em fins de 1962, o MCP já contava com

“... 19.644 alunos, divididos em 626 turmas; uma rede de escolas radiofônicas; um centro de artes plásticas e artesanato, com cursos de tapeçaria, cerâmica, cestaria, cartonagem, fantoches, pintura, , desenho, estamparia, modelagem, gravura e escultura; 452 professores e 174 monitores, ministrando o ensino correspondente ao primeiro grau, supletivo, educação de base e educação artística; uma escola para motoristas e mecânicos; cinco praças de cultura, que levavam à comunidade local bibliotecas, teatro, cinema, cineclube, música, orientação pedagógica, jogos infantis e educação física...” (Coelho, 2004, 137, apud Paulo Rosas).

Além do trabalho de base, o MPC realizou intenso trabalho cultural no Recife, no esforço de elevar o nível cultural do povo, criando mecanismos para socialização dos equipamentos e bens culturais da cidade, atraindo os setores populares para frequentarem salas de cinema e de teatro. Neste período, peças de teatro dos dramaturgos mais importantes do país foram apresentadas do Teatro Santa Isabel, espaço historicamente reservado a uma pequena elite financeira e intelectual local, passa a ser frequentado por segmentos populares, onde assistem a peças de teatro de Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Dias Gomes.

Esta efervescência cultural e política foi interrompida com o golpe civil-militar realizado em março de 1964. Conforme Fernando Coelho (2003), o golpe

“Mobilizou, ao lado do exército e da polícia, bandos civis armados e grupos de paramilitares, que atuavam a soldo ou sob o comando direto de alguns proprietários de terras, usineiros, senhores de engenho, empresários urbanos e políticos opositoristas. Prendendo por conta própria e assassinando trabalhadores. Invadindo casas e expulsando famílias.” (Coelho: 2003, p. 40 e 41).

#### **4. JUVENTUDE: O SUJEITO E O CONCEITO:**

A categoria juventude esteve fortemente presente na literatura sociológica do século XX. Registramos aqui breves considerações de dois dos mais importantes sociólogos do século, mais precisamente, Karl Mannheim e Pierre Bourdieu, que fincaram formulações que marcaram, polemizaram, exigiram posicionamentos e novas abordagens de pesquisadores que assumiram para si o desafio de enfrentar a análise dos fenômenos sociais vivenciados por agrupamentos juvenis, utilizando-se de uma ferramenta analítica concebida como juventude.

Para evitar as análises simplistas ou estáticas, Mannheim (1978) agrega as derivações de “posição geracional”, “conexão geracional” e de “unidade geracional”. Neste sentido, a posição geracional não pode ser configurada como um amontoado de experiências comuns vivenciadas por grupos de pessoas, mas apenas como possibilidades de experimentarem atitudes semelhantes. Já o conceito de conexão geracional, destaca a atenção para a criação de vínculos mais permanentes entre indivíduos com idades biológicas comuns, articulando esta semelhança temporal com o contexto histórico social. Já a “unidade geracional” é encarada com a criação consciente de pertencimentos despertados na conexão geracional, tais atitudes sofrem influências do contexto social, mesmo não tratando de posições de grupos, mas de tendências possíveis.

A partir do conceito de geração, que, para Mannheim (1982) significa fundamentalmente uma localização social comum, ele desenvolve uma análise otimista em perspectivas sobre a juventude. Ele reconhece que a juventude não é nem progressista, nem conservadora à priori ou por natureza, mas que estas opções são influenciadas por forças sociais maiores que a envolve, contudo, a juventude se coloca aberta a diversos tipos de inovação, por isso, qualquer análise deve estar articulada com as condições históricas, políticas, sociais e econômicas mais amplas. Mas, ao mesmo tempo em que é influenciada por estas forças externas, a juventude demonstra importante papel para mudar estas estruturas históricas e sociais.

Numa abordagem substantivamente distinta Pierre Bourdieu (1983) cunhou uma afirmação que, forçosamente inspirou diversas controvérsias, ou motivou diversos pesquisadores a assumirem posições. Convencido de que há forte risco de instrumentalização ou manipulação do conceito de juventude, em uma histórica entrevista que se transformou em referência epistemológica, devido à linguagem enfática, contundente e provocativa afirmação de que “A juventude é apenas uma palavra” (1983). Uma vez que, o jovem se define em relação e na distinção ao adulto, e portanto, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Portanto, a divisão analítica a partir das idades biológicas ou das gerações seriam arbitrárias, suscetíveis à manipulações.

De acordo com Bourdieu a categorização de ser jovem ou ser adulto pode ser atribuída à mesma



pessoa em contextos ou situações distintas, ou seja, em reunião de um determinado clube, uma pessoa se coloca como jovem porque ao seu redor está um conjunto de pessoas em idades mais avançadas do que a sua, mas esta mesma pessoa, em outra situação, como numa partida noturna de futebol, poderá estar cercada de pessoas em idades inferiores à sua, situando-se neste momento como adulta. Portanto, “Juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente” (BOURDIEU, 1983, p.113).

Bourdieu parece querer evitar constituir-se uma expectativa sociológica em torno dos jovens para responsabilidades que não haja evidências de respostas no presente, ou seja, enquanto ainda jovens. Ele chama a atenção para a complexa relação existente entre a idade biológica e a questão social, que são mediatizadas por contextos históricos e sociais complexos, deste modo, um jovem em idade biológica determinada poderá assumir atitudes socialmente assumidas como de adultos em contextos sociais distintos.

Do ponto de vista das expectativas criadas Bourdieu delimita a condição juvenil relacionada com transição, busca, construção, mas que não se pode ser definidos de forma permanente. Esta análise quer evitar a atribuição de uma imensa responsabilidade, não só quanto ao seu próprio futuro, mas ao futuro dos modelos civilizatórios e da própria humanidade. Reconhece a definição presente e expectativa futura: “[...] os jovens se definem como tendo futuro, como definindo o futuro” (1983, p. 119). Neste sentido, a sua participação na construção do futuro se coloca na relação com o conjunto das forças sociais e políticas presentes no contexto global.

As duas referências citadas evidenciam como a juventude, tanto como sujeito social presente na cena social e política local e global, tanto quanto como categoria analítica dos fenômenos sociais inspiram um profundo debate sociológico com diversas interpretações e mesmo controvérsias e contradições. A perspectiva sociológica assumida no presente artigo, como parte da pesquisa mais longa ainda em realização, reconhece a importância de autores consagrados na tradição do pensamento social do século XX, mas enfatiza a necessidade de aprofundamento das situações e experiências realizadas ou que estão se realizando, a análise minuciosa destes fenômenos para apreender seus significados e afirmações.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise dos dados mapeados na pesquisa “Juventude e participação política em Pernambuco”, sobretudo aqueles registrados na metade do século XX, mais precisamente entre 1956 e 1964, objeto do presente artigo, demonstra que, as questões específicas da juventude em suas condições biológicas eram sentidas como uma demanda, contudo, não eram ainda transformadas em reivindicações ou mobilizações capazes de entusiasmar os jovens da época. Considerando que, as transformações ocorridas no corpo saindo da infância para uma transição rumo à idade adulta, o acesso à escola, a relação com a família, sobretudo as relações de autoridade entre pais e filhos, são algumas características importantes definidoras da condição juvenil, a afirmação assumida por Elizabeth Teixeira, importante liderança das Ligas Camponesas, um dos movimentos sociais mais importantes do século XX no Brasil é emblemática desta constatação:

“... Não tive chance de estudar porque naquela época o acesso aos colégios era muito difícil. Fiz o primeiro e o segundo ano e depois saí da escola, com nove anos, porque meu pai, dada a distância, não deu mais consentimento para eu ir a escola. [...] Muitas companheiras de 15, 16 anos morriam de parto, sem

assistência”. (Teixeira, Apud Zaidan e Machado: 2010. p. 97 e 102).

Estas questões não constituíam uma da agenda para a intervenção dos jovens daquele período da história de Pernambuco, no entanto, registramos importante e empolgante participação de jovens em movimentos sociais gerais que marcaram a dinâmica social e política do Estado. Nossa pesquisa demonstra como as experiências que contavam com forte participação de jovens estiveram mais marcadas por outras problemáticas sociais e identidades não especificamente juvenis. Assim, as condições e identidades de camponeses, estudantes, artistas, trabalhadores, eram mais fortes do que “questões específicas” da juventude considerada enquanto condição biológica.

Estamos situando historicamente tais experiências porque, a própria pesquisa citada destaca em outros períodos históricos, uma maior aproximação entre as condições biológicas dos jovens e suas intervenções sociais e políticas. Ou seja, a aproximação possível entre demandas advindas da faixa etária juvenil, e sua transformação em reivindicações capazes de construir uma identidade e uma expressão social e política dos jovens é um processo construído historicamente pela própria ação da juventude.

Nosso esforço epistemológico é construir uma maior aproximação possível entre a análise das experiências concretas que se realizaram e a produção sociológica acumulada historicamente, ao mesmo tempo em que assumimos o empreendimento metodológico para captar as singularidades das experiências analisadas. Neste sentido consideramos contribuições e limitações na chamada “sociologia da juventude” desenvolvida no século XX. Como referências citadas neste artigo, as produções de Karl Mannheim e Pierre Bourdieu, contribuem com elaborações gerais sobre algumas categorias significativas para a análise dos fenômenos juvenis, e nos cuidados metodológicos para evitar os riscos de manipulação de dados, mas não encontramos em suas formulações, ancoradouros para a análise das experiências concretas que estamos tratando. Comungamos com a referência de Bourdieu de que juventude e velhice não são dados definitivamente definidos à priori, mas são construções históricas (“somos sempre o jovem ou o velho de alguém”), bem como com o seu cuidado metodológico para evitar manipulações e instrumentalizações de uma categoria analítica, mas nos distanciamos de um dos fundamentos de sua formulação, pois as experiências demonstram que a juventude é mais do que uma palavra. Por outro lado, consideramos que as experiências analisadas não encontram ancoradouros nas formulações de K. Mannheim, pois não demonstram sinais de “unidade geracional”, nem sequer, de “conexão geracional”. Isso não quer dizer que estejamos discordando da contribuição desta abordagem para analisar as experiências concretas da juventude, mas que naquele contexto específico as unidades de classe social, de ambiente, de valores compartilhados aparecem com uma força explicativa mais forte do que a geracional.

Consideramos enfim, que há necessidade de aprofundamento das experiências concretas, do rigor metodológico para suas interpretações, de onde deve se formular aprendizados. A presente análise é uma referência àquele período histórico, com todos os entusiasmos e limitações tanto das experiências juvenis e sociais, quanto das análises sociais daí decorrentes. Jovens se mobilizaram no interior de diversos movimentos sociais, e em alguns com uma composição social majoritariamente juvenil, como o caso do movimento estudantil e da juventude católica, mesmo assim não se constituíram enquanto um sujeito social e político identificado como juventude, mas foram participantes importantes da constituição de diversos sujeitos sociais, inclusive protagonizando políticas públicas capazes de responder a demandas e reivindicações profundas que afetavam enormemente a população brasileira de então.

## 6. BIBLIOGRAFIA:

Alencar, F. S. D (1994). *Dom Lamartine. O pastor do silêncio*. São Paulo: Paulinas.

Araújo, Maria. P. (2007) *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Barreto, Anita Paes et alli (1986). *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

Bourdieu, Pierre (1983). *A juventude é apenas uma palavra*. In: BOURDIEU, Pierre. Questão de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero.

César, Maria do C. (1985). *As organizações Populares do Recife: Trajetória e Articulação Política, 1955-1964*. In: Cadernos de Estudos Sociais, Recife, Fundação Joaquim Nabuco - Instituto de Pesquisas Sociais, 1985, Vol. 1, pp, 161-182.

Coelho, F. V. (2004). *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço.

Jornal do Comércio. Edições dos meses de março, junho, setembro e novembro dos anos de 1858, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964. Recife.

Kadt, Emanuel de. (2003). *Católicos radicais no Brasil*. Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003

Lemos, Assis (2003). *Nordeste: O Vietnã que não houve*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.

Mannheim, K.(1978). *Funções das gerações novas*. In: PEREIRA, L; FORACCHI, M.M. (Orgs). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Ed. Nacional.

Mannheim, K. (1982). *O problema sociológico das gerações*. In: FORACCHI, M.M (Org.). Mannheim: Coleção grandes cientistas sociais - 25. São Paulo: Ática.

Medeiros, L. S. de (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.

Miranda, N. e Tibúrcio, C. (1999). *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar – a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo Editorial/ Editora Perseu Abramo.

Sanfelice, J. L. (2008). *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Alínea.

Teixeira, E. (2010). *A juventude rural e as Ligas Camponesas: Minha luta pela libertação do nosso povo*. In: Zaidan, M. e Machado, O. L. O pensamento das Juventudes brasileiras no século XX. Recife: Editora Universitária da UFPE.